



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

REFORMA DA PREVIDÊNCIA – PEC 6/2019

Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social e Família
Brasília, 16 de maio de 2019

CONJUNTURA DE "CRISE"

A "crise" tem servido de justificativa para a Reforma da Previdência, Privatizações, independência do Banco Central, esquema de "Securitização de Créditos Públicos" etc.

O que provocou a crise no Brasil?

- ✓ Quebra de bancos ?
- ✓ Adoecimento da população, pestes ?
- ✓ Quebra de safra ?
- ✓ Guerra?

Não tivemos aqui NENHUM dos fatores que produzem crise.
O que explica a falência de inúmeras empresas de todos os ramos, o desemprego recorde, a queda de 7% do PIB em apenas 2 anos?

O que explica o cenário de escassez e “crise”?

Deveríamos estar debatendo uma reforma para aumentar o valor dos benefícios e ampliar o alcance da Seguridade Social, pois temos muito dinheiro pra isso!

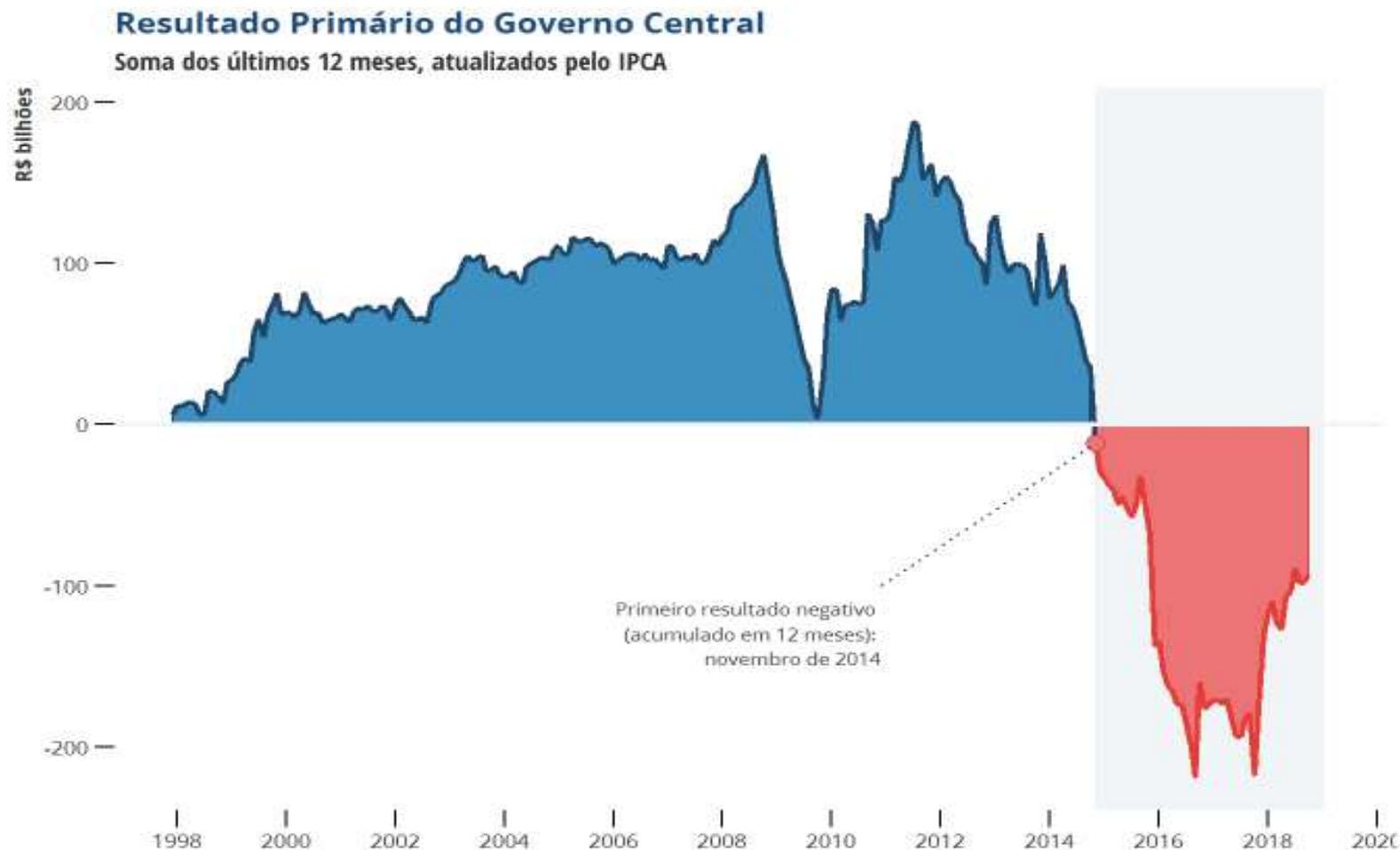
Em dezembro/2018, possuíamos, por exemplo <https://bit.ly/2ZepGfY>:

- **R\$ 1,27 TRILHÃO** no caixa do Tesouro Nacional;
- **R\$ 1,13 TRILHÃO** no caixa do Banco Central, e
- US\$ 375 bilhões (**R\$ 1,453 TRILHÃO**) em Reservas Internacionais!

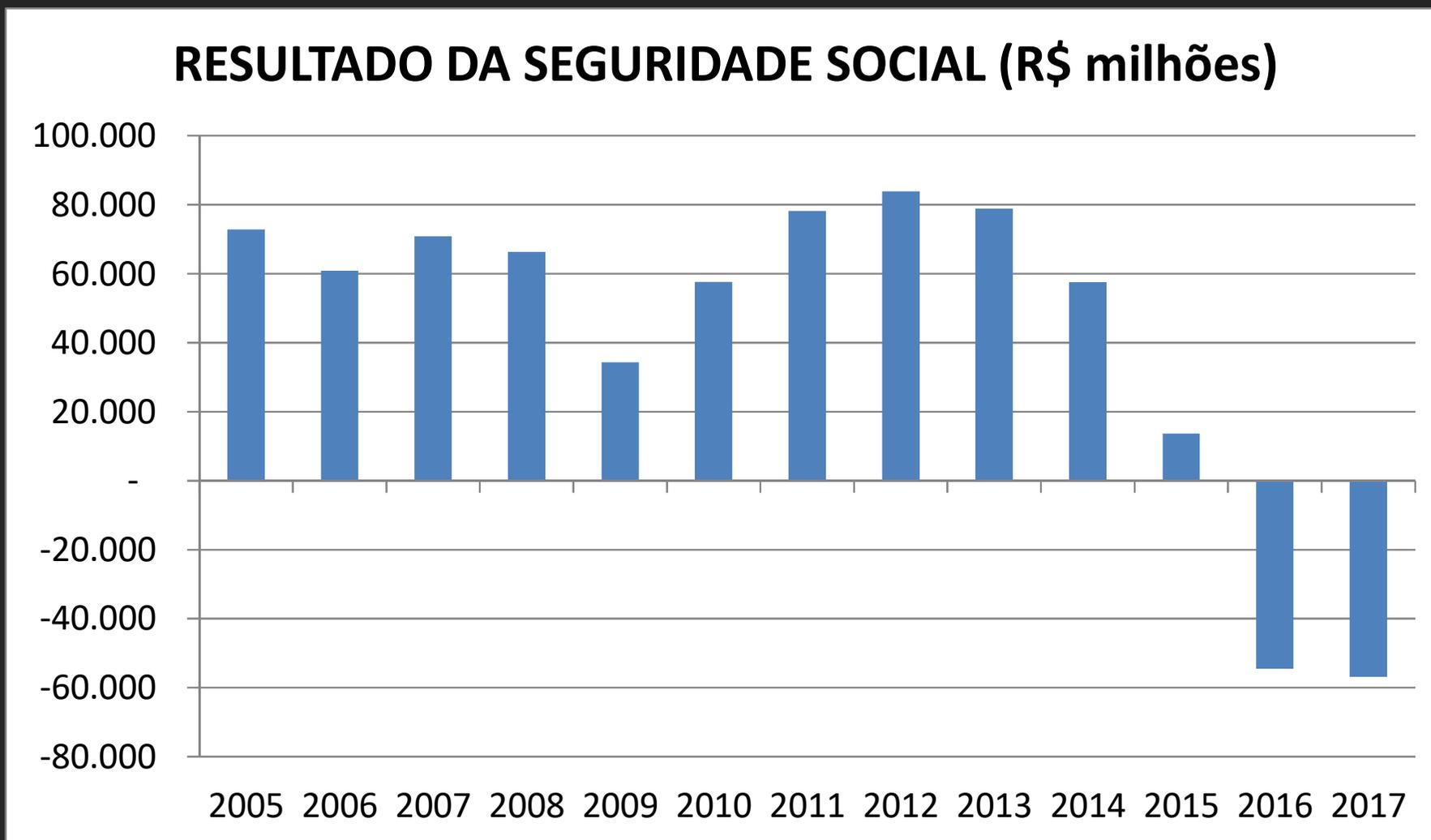
Brasil é a 9ª maior economia do mundo, possui imensas riquezas e potencialidades e quase R\$ 4 TRILHÕES líquidos!

Produzimos R\$ 1 TRILHÃO de Superávit Primário até meados de 2015 e de repente isso inverteu:

TESOURO NACIONAL
TRANSPARENTE

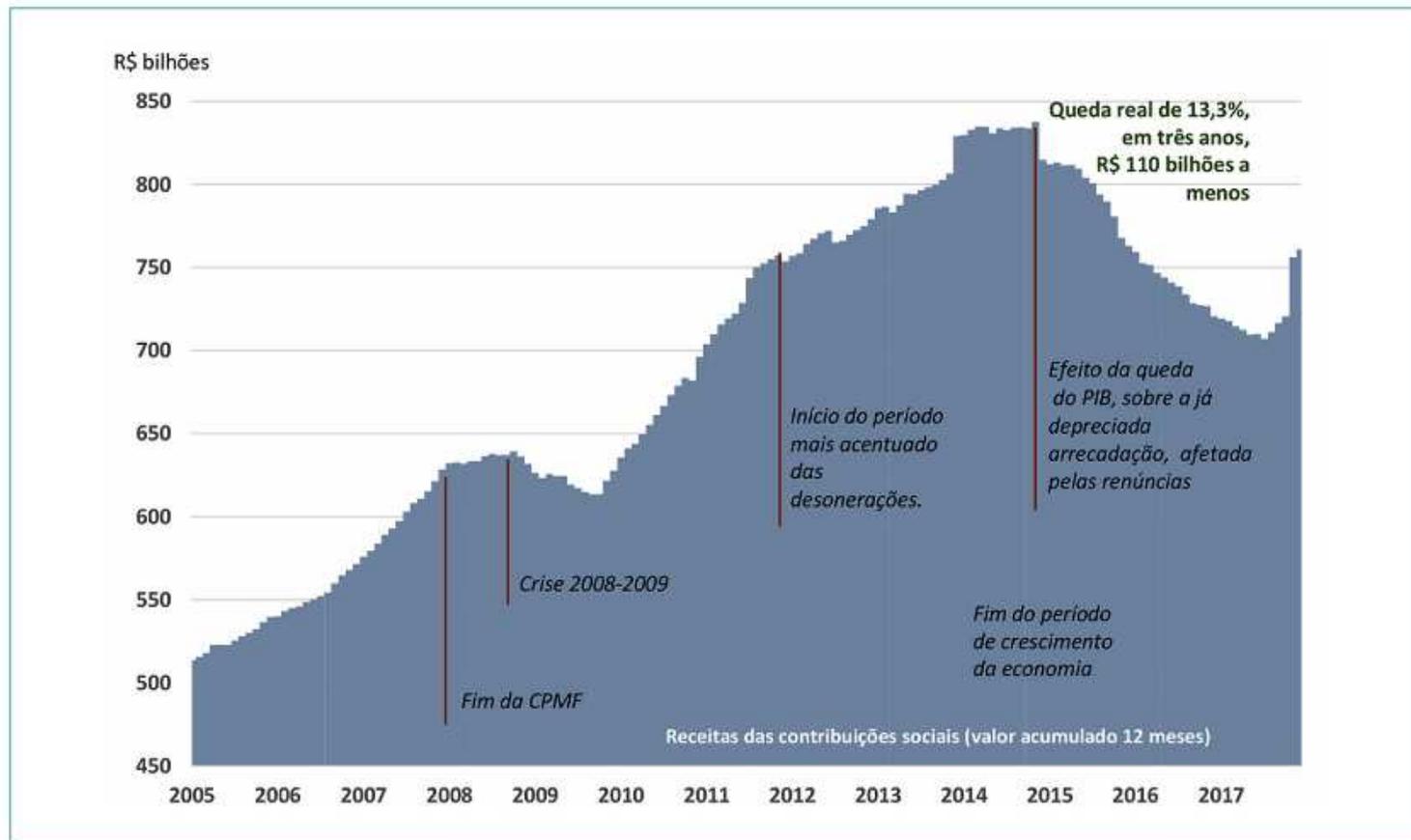


Contribuições Sociais e Previdenciárias vinham cobrindo todos os gastos da Seguridade e ainda sobrou R\$ 1,112 TRILHÃO de 2005 a 2015, mas de repente inverteu:



Arrecadação das Contribuições para a Seguridade Social vinha crescendo até 2015, quando isso inverteu

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL, EM VALORES ACUMULADOS EM 12 MESES; EM VALORES CONSTANTES



Fonte: STN-MF, em valores constantes de dezembro de 2017 (IPCA).

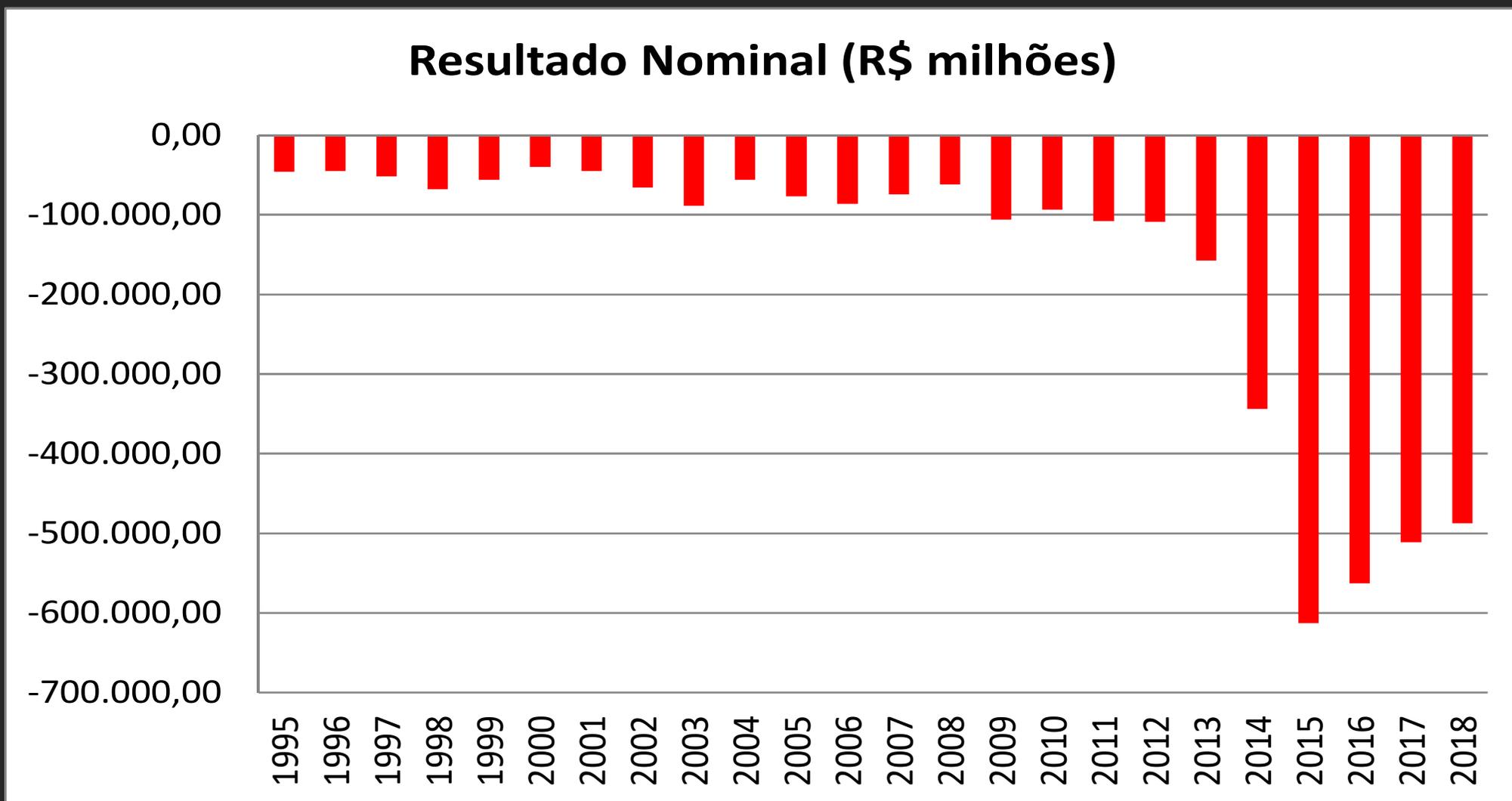
Org: ANFIP e Fundação ANFIP

De 1995 a 2015 produzimos
R\$ 1 Trilhão de Superávit Primário. Apesar
disso, a dívida interna aumentou de
R\$86 bilhões para quase
R\$4 trilhões no mesmo período.

O que tem feito a chamada Dívida Pública explodir?

- É evidente que **não** foram os investimentos e gastos sociais, pois produzimos Superávit Primário imenso!
- A Dívida Pública tem sido gerada por mecanismos de política monetária do Banco Central, responsáveis por déficit nominal brutal e pela fabricação da "crise"

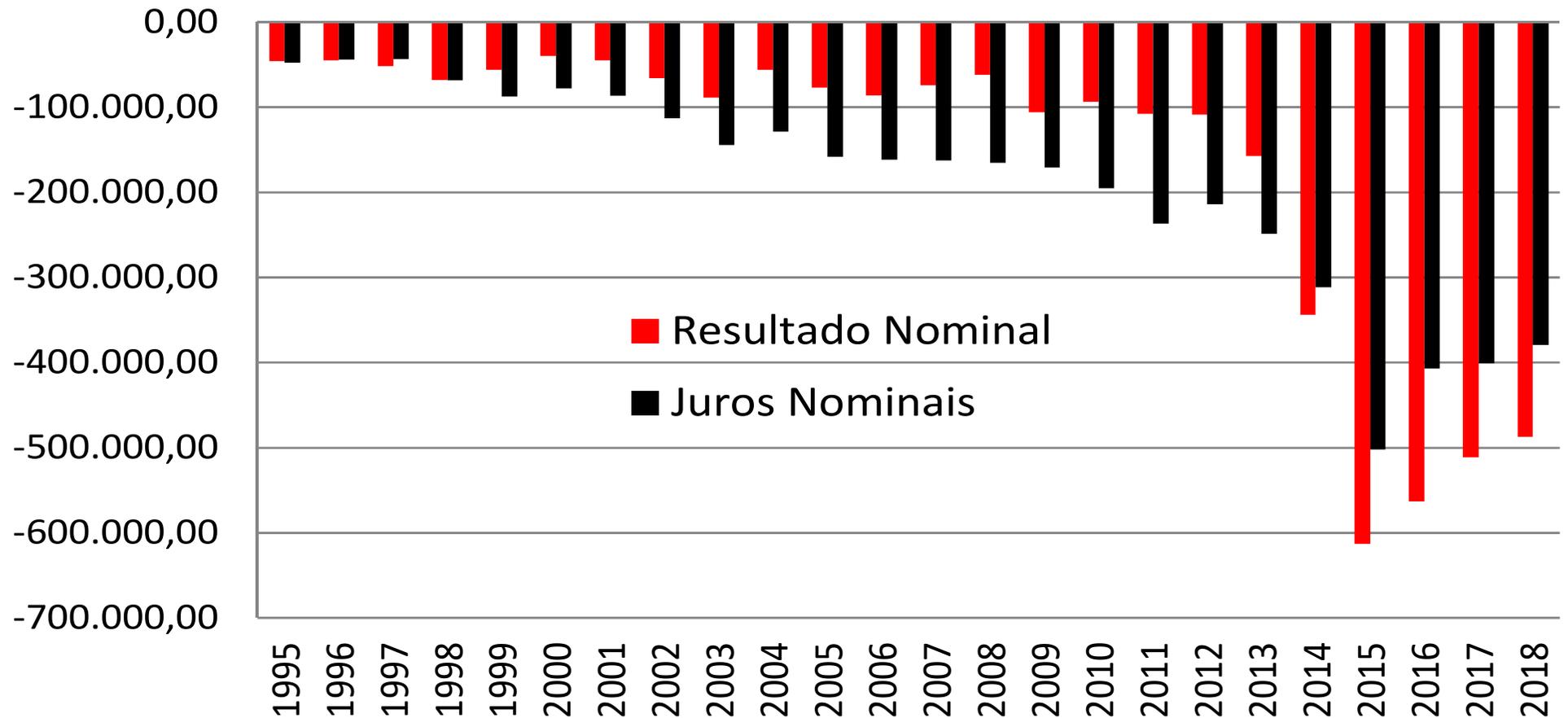
DÉFICIT NOMINAL PROVOCADO PELAS DESPESAS COM JUROS E NÃO POR SUPOSTO EXCESSO DE GASTOS SOCIAIS



Fontes: Banco Central - Séries Temporais nº 16953 e 16962; Tabela – Necessidades de Financiamento do Setor Público - https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/Nfsp.xls

O DÉFICIT ESTÁ NO BANCO CENTRAL E NÃO NA SEGURIDADE SOCIAL

Resultado Nominal e Juros Nominais (R\$ milhões)



Fontes: Banco Central - Séries Temporais nº 16953 e 16962; Tabela – Necessidades de Financiamento do Setor

Público - https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/Nfspp.xls

REMUNERAÇÃO DA SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS ESCANDALOSO MECANISMO QUE AO MESMO TEMPO:

- **gerou Dívida Pública:** R\$ 1,2 Trilhão da Dívida Interna utilizados para remunerar a sobra de caixa dos bancos
- **gerou rombo de R\$ 754 Bilhões em 10 anos** (sem atualização) conforme balanços do Banco Central
- **produz escassez de moeda na economia:** volume de moeda equivalente a quase 20% do PIB fica esterilizada no BC
- **provoca elevação brutal dos juros de mercado:** moeda que deveria irrigar a economia fica escassa pois bancos preferem a garantia de remuneração diária paga pelo Banco Central
- **desculpa de controlar inflação foi desmascarada em 2017** IGP negativo em 2017 e o volume das Op. Compromissadas atingiu recorde de R\$ 1,23 TRILHÃO <https://goo.gl/dvHYmr>
- **ILEGAL:** BC enviou PL 9248/2017 para "legalizar" os Depósitos Voluntários REMUNERADOS pelo Banco Central <https://bit.ly/2F6Q81J> o que já vem sendo feito com o abuso das Op. Compromissadas.

O DÉFIT ESTÁ NO BANCO CENTRAL

O CUSTO DA POLÍTICA MONETÁRIA

PROVOCOU A CRISE ATUAL

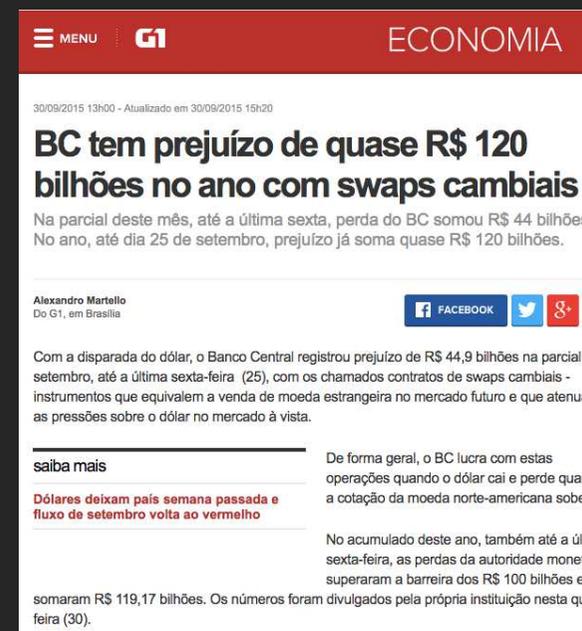
2015:

- ✓ Juros elevadíssimos (14,25%)
- ✓ Remuneração da sobra de caixa de R\$ 1 TRI dos bancos
- ✓ Prejuízos com Swap Cambial e outros prejuízos do BC
- ✓ Emissão excessiva de títulos da dívida interna

Dívida Interna cresceu R\$ 732 bilhões em 11 meses de 2015

Investimento Federal em 2015: R\$ 9,6 bilhões

O Que provocou a crise atual? <https://goo.gl/HdgD1q>



O QUE PROVOCOU A CRISE NO BRASIL?

PIB vinha crescendo quase 4%, em média, e de repente apresentou forte queda em 2015-2016 de mais de 7%, e estacionou:

Evolução do PIB

2005	3,20
2006	3,96
2007	6,07
2008	5,09
2009	-0,13
2010	7,53
2011	3,97
2012	1,92
2013	3,00
2014	0,50
2015	-3,55
2016	-3,48
2017	0,99
2018	1,10

BANCO CENTRAL elevou juros e simultaneamente aumentou a remuneração da sobra de caixa dos bancos

Política monetária > Relatório de Inflação > Histórico das Taxas de Juros	
26/11/2015 - 20/01/2016	14,25
22/10/2015 - 25/11/2015	14,25
03/09/2015 - 21/10/2015	14,25
30/07/2015 - 02/09/2015	14,25
04/06/2015 - 29/07/2015	13,75
30/04/2015 - 03/06/2015	13,25
06/03/2015 - 29/04/2015	12,75
22/01/2015 - 04/03/2015	12,25
04/12/2014 - 21/01/2015	11,75
30/10/2014 - 03/12/2014	11,25
04/09/2014 - 29/10/2014	11,00
17/07/2014 - 03/09/2014	11,00
29/06/2014 - 16/07/2014	11,00
03/04/2014 - 28/05/2014	11,00
27/02/2014 - 02/04/2014	10,75
16/01/2014 - 26/02/2014	10,50
28/11/2013 - 15/01/2014	10,00
10/10/2013 - 27/11/2013	9,50
29/08/2013 - 09/10/2013	9,00
11/07/2013 - 28/08/2013	8,50
30/06/2013 - 10/07/2013	8,00
18/04/2013 - 29/05/2013	7,50
07/03/2013 - 17/04/2013	7,25

Operações compromissadas

Fim de período	Total	
	Saldo	%
2002 Dez	64 110	100,0
2003 Dez	55 717	100,0
2004 Dez	47 207	100,0
2005 Dez	22 856	100,0
2006 Dez	60 030	100,0
2007 Dez	165 813	100,0
2008 Dez	300 491	100,0
2009 Dez	427 874	100,0
2010 Dez	259 248	100,0
2011 Dez	311 869	100,0
2012 Dez	497 500	100,0
2013 Dez	508 541	100,0
2014 Dez	791 573	100,0
2015 Dez	894 542	100,0
2016 Jan	1008 414	100,0

Bancos lucram com os mecanismos que alimentam o Sistema da Dívida e produzem a crise

Lucro dos bancos (R\$ bilhões)



2015

Lucro de

**R\$ 96
bilhões**

+

Provisão de

**R\$ 187
bilhões**

Fonte: <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>

CONJUNTURA DE CRISE FABRICADA PELA POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL

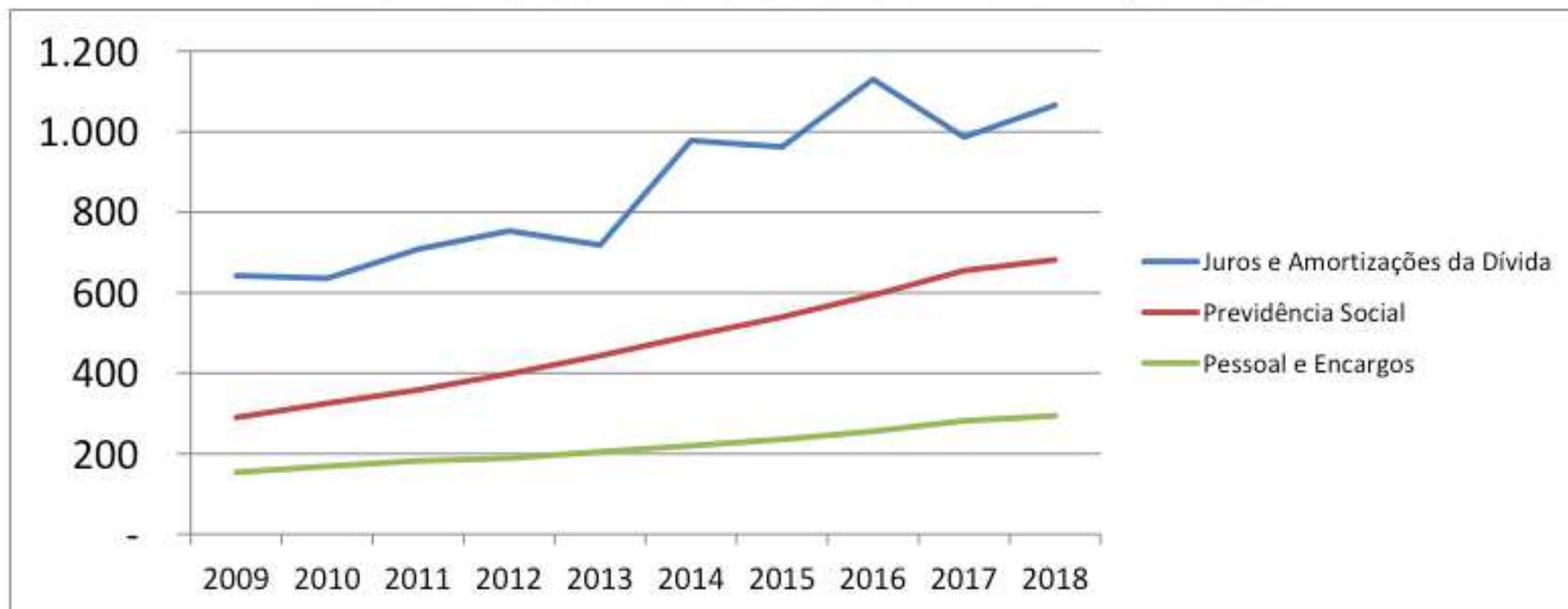
- ✓ Taxas de Juros mais elevadas do mundo
- ✓ Restrição da base monetária para remunerar a sobra de caixa dos bancos
- ✓ *Swap* Cambial (ilegal, conforme TC-012.015/2003-0)
- ✓ Prejuízos do Banco Central
- ✓ Colchão de liquidez exagerado (R\$1,2 trilhão na Conta Única do Tesouro): emissão excessiva de títulos e explosão da Dívida

✓ CRISE TEM JUSTIFICADO MEDIDAS RESTRITIVAS

- ✓ EC 95 (PEC do Teto), EC 93, Lei Complementar 159/2017
- ✓ Reformas Trabalhista e da Previdência
- ✓ Privatizações
- ✓ Esquema Fraudulento: "Securitização de Créditos Públicos"
- ✓ Autonomia do Banco Central

O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTÁ NOS GASTOS FINANCEIROS COM A CHAMADA DÍVIDA PÚBLICA

Governo Federal - Gastos selecionados - R\$ bilhões



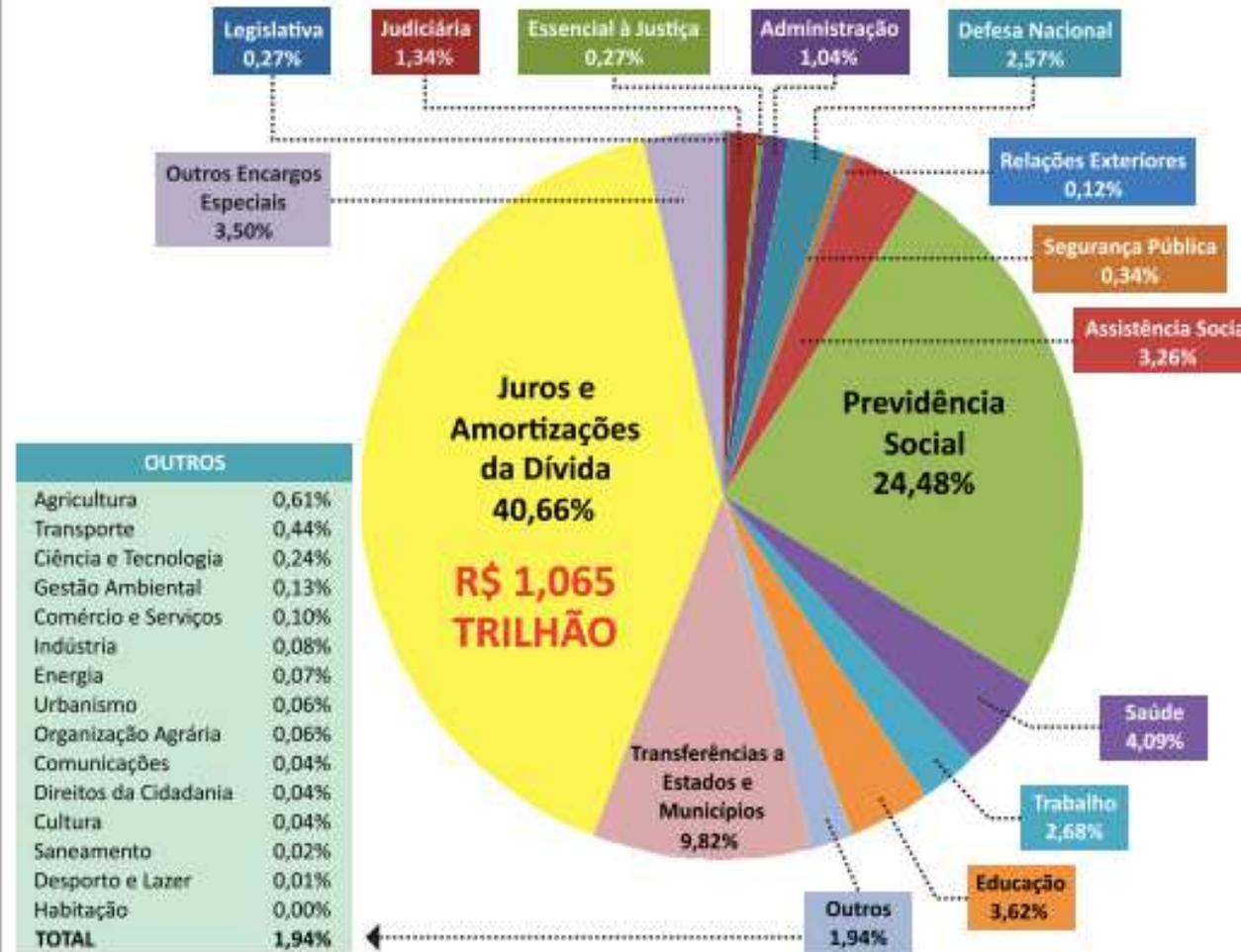
Fonte: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais#RREO> - Series Históricas - Por Função e por GND

Nota 1 - "Juros" e "Amortizações" foram somados porque o governo tem contabilizado grande parte dos Juros como se fosse Amortização/Refinanciamento. Ver texto <https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>

Nota 2 - "Previdência Social" inclui o Regime Geral da Previdência Social (INSS) e Regime Próprio dos Servidores Federais, tal como divulgado pelo Tesouro Nacional

Orçamento Federal Executado (Pago) em 2018 = R\$ 2,621 TRILHÕES

O valor previsto para 2018 havia sido R\$ 3,527 Trilhões, diferença a ser investigada



Fonte: SIAFI - <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa> - Banco de Dados Access p/ download (Orçamento da União - Fiscal e Seguridade - até 31/12/2018)

Nota 1 - Somamos "Juros" e "Amortizações" porque o Tesouro contabiliza grande parte dos juros como se fosse amortização. Veja as explicações: <https://auditoriacidadea.org.br/explicacao/>

www.auditoriacidadea.org.br

Explicação:
Porque somamos
Juros e Amortizações
<https://bit.ly/2Fp0x9C>

ORÇAMENTO FEDERAL 2019: R\$ 3,262 trilhões

Dívida Pública: R\$ 1,425 trilhão quase 44%

Servidores Públicos (ativos e aposentados): R\$ 350,4 bilhões

Previdência Social (INSS): R\$ 625 bilhões

Investimentos: R\$ 36 bilhões.

O rombo das contas públicas está claramente localizado nos **sigilosos gastos financeiros com a chamada dívida pública** - que nunca foi auditada, como manda a Constituição – e não nas despesas com Pessoal ou Previdência.

Ver artigo:

**“ORÇAMENTO 2019 REVELA QUE O ROMBO ESTÁ NO GASTO
COM A DÍVIDA PÚBLICA”**

<https://bit.ly/2N8ubn0>

**GRANDE CAPITAL JÁ NÃO QUER “APENAS”
OS JUROS DA DÍVIDA, MAS SE APODERA
DIRETAMENTE DA ARRECADAÇÃO**

**Novo ESQUEMA FRAUDULENTO da chamada
“Securitização de Créditos Públicos”
escancara o desvio de recursos para bancos
privilegiados**

PLP 459/2017 (PLS 204/2016 no Senado)

Diversos materiais em <https://bit.ly/2WAKhJq>

“Securitização de Créditos”: ESQUEMA FRAUDULENTO

DESVIO DE RECURSOS ARRECADADOS



“Securitização de Créditos”: ESQUEMA FRAUDULENTO

CONTRATAÇÃO DISFARÇADA DE DÍVIDA PÚBLICA



CRISE FABRICADA NOS ESTADOS

- “Crise” fabricada afetou fortemente todos os entes federados
- Estados estão sendo empurrados para o esquema fraudulento da “Securitização de Créditos Públicos” (Plano de Equilíbrio Fiscal)
- Governo Federal deveria estar socorrendo Estados pois tem cerca de R\$ 4 TRILHÕES entesourados na esfera federal
- Estados já pagaram mais de 3 vezes o valor de suas dívidas refinanciadas pela União no final da década de 90 e ainda devem cerca de 5 vezes o valor refinanciado
- Diversos questionamentos: perda de patrimônio; dívidas infladas indevidamente por passivos de bancos (PROES); condições financeiras onerosíssimas (atualização mensal cumulativa pelo maior índice existente IDP-DI + juros reais de 6 a 7,5%)
- Estados são credores de R\$ 270 bilhões perante a União de créditos da Lei Kandir mas o governo federal diz que não tem como pagar...

A DÍVIDA PÚBLICA TEM SIDO GERADA POR MECANISMOS FINANCEIROS:

- **Transformações de dívidas do setor privado em dívida pública;**
- **Elevadíssimas taxas de juros:** praticadas sem justificativa técnica, jurídica, econômica ou política;
- A ilegal prática do **anatocismo**: incidência contínua de juros sobre juros;
- A irregular **contabilização de juros como se fosse amortização** da dívida, burlando-se o artigo 167, III, da Constituição Federal
- As escandalosas operações de **swap cambial** realizadas pelo BC em moeda nacional, garantindo o risco de variação do dólar de forma sigilosa;
- **Remuneração da sobra do caixa dos bancos** por meio das sigilosas “operações compromissadas” que alcançaram R\$1,23 trilhão em 2017
- **Emissão excessiva de títulos** para formar “”
- **Prejuízos do Banco Central**
- **“Securitização de Créditos Públicos”** gera dívida que é paga por fora

"SISTEMA DA DÍVIDA"

PRODUZ CENÁRIO DE ESCASSEZ

- Utilização do endividamento como mecanismo de subtração de recursos e não para o financiamento dos Estados
- Se reproduz internacionalmente e internamente, em âmbito dos estados e municípios: **CRISE EM DIVERSOS ENTES FEDERADOS BRASILEIROS**
- Dívidas sem contrapartida
- Maior beneficiário: Setor financeiro



Executivo Em mensagem ao Congresso, presidente cita Previdência, privatizações e mudança nos tributos

Bolsonaro promete fazer sete reformas

Robson Oliveira
De Brasília

Em mensagens que encaminhadas ontem ao Congresso Nacional, o presidente Jair Bolsonaro comprometeu-se com sete reformas estruturais, que considerou essenciais para garantir um crescimento econômico efetivo e sustentável: a criação de uma "Nova Previdência", a mudança do sistema tributário, um ambicioso programa de privatização de empresas estatais e prestação de serviços de infraestrutura, a liberalização comercial, a redução e racionalização dos subsídios concedidos pela União e a reforma administrativa.

Apresentado ontem, o documento

informa que o presidente vai manter o teto de gastos e dar que a aplicação de limpezas na despesa da União "é crucial para garantir sustentabilidade fiscal de longo prazo e permitir que o país supere o atual desequilíbrio fiscal, devolvendo o crescimento sustentável da despesa primária das contas públicas".

O teto de gastos, no entanto, "não será suficiente para a realização de ações fiscais relevantes", de acordo com a mensagem. A manutenção do teto "requer reformas que permitam o controle da despesa obrigatória". A primeira e principal medida de ajuste necessária ao cumprimento do teto, segundo o documento, é a reforma da Previdência. "Sem ela, não será possível conter a expansão da despesa".

A "Nova Previdência", apresentada pelo presidente, pretende corrigir o equilíbrio atuarial, com o objetivo de gerar mais justiça, separando "previdência" de "seguros". Bolsonaro defende que pretende mudar as regras dos atuais regimes de aposentadorias e criar um sistema de capitalização, que se dividirá em duas partes: "Previdência Individual de Aposentadoria".

A mensagem informa que se o atual sistema, que estimula a aposentadoria antecipada, não for de imediato, permanecerá inalterado, e os regimes previdenciários permanecerão até 2025. Porém, haverá uma reforma (PRL) em 2026 e 2027. A proposta da nova Previdência Social possibilita que o país seja signatário efetivo de convên-

tos com financiamentos parte do pagamento de que "não há recursos públicos suficientes para financiar todo o compromisso previdenciário". Além disso, "especifica os novos instrumentos que permitirão de melhor forma a execução de projetos de infraestrutura e outros projetos de desenvolvimento econômico, que dependem de recursos".

Outra mensagem tributária apresenta, segundo a mensagem, dois pontos principais: "que impede que uma economia emergente funcione bem". O primeiro é a elevada carga tributária, que chega a 123 do PIB, enquanto que a média dos países de América Latina é de apenas 28%. O segundo da mensagem, portanto, é dar a melhor forma possível reduzir a atual carga. O segundo problema é que o sistema tributário brasileiro é muito complexo, que gera custos significativos, em termos de tempo e recursos. A reforma vai simplificar o sistema, unificando a tributação de pessoas físicas.

O outro ponto programado de privatização de estatais e prestação de

serviços de infraestrutura parte do entendimento de que "não há recursos públicos suficientes para financiar todo o compromisso previdenciário". Além disso, "especifica os novos instrumentos que permitirão de melhor forma a execução de projetos de infraestrutura e outros projetos de desenvolvimento econômico, que dependem de recursos".

Por fim, o governo propõe continuar a trabalhar as concessões em infraestrutura de infraestrutura. "O governo vai fazer uma "liberalização comercial", porque entende que "existem várias instituições e instrumentos que impedem o crescimento econômico e limitam oportunidades de entrada no país de bens e serviços estrangeiros". A mensagem diz que o governo "está comprometido com medidas

que promovam todas as condições de sustentabilidade econômica", sem especificar quais medidas.

A mensagem diz também que "o instrumento operacional do Banco Central, criada em 1964, requer ajustes no sistema financeiro, bem como a criação de mecanismos para o controle da inflação e a manutenção de taxa efetiva de juros mais baixa".

Em relação ao sistema administrativo, a mensagem diz que é fundamental que sejam implementadas medidas de simplificação do setor e modernização de serviços ao cidadão. O documento prevê a transformação digital de serviços públicos prestados pessoalmente, a propagação digital das relações de trabalho no âmbito da administração federal e a busca contínua de inovação em organizações.

- ✓ *Nova Previdência*
- ✓ *Mudança no Sistema Tributário*
- ✓ *Ambicioso programa de Privatizações*
- ✓ *Liberação Comercial*
- ✓ *Redução e racionalização dos subsídios concedidos pela União*
- ✓ *Autonomia do Banco Central*
- ✓ *Reforma Administrativa*

Exposição de Motivos de Paulo Guedes –PEC 6/2019

<https://bit.ly/2GzvWsL> Pág. 43

“(…) nosso nó fiscal é razão primeira para a limitação de nosso crescimento econômico sustentável.

E esse nó fiscal tem uma raiz: a despesa previdenciária.

Enquanto nos recusarmos a enfrentar o desafio previdenciário, a dívida pública subirá implacavelmente e asfixiará a economia.”

“A reforma da Previdência, além de reduzir o endividamento primário, combate a dívida pública pela redução de seu custo. O vertiginoso crescimento da dívida a coloca em trajetória arriscada.”

“A dívida e seus juros inviabilizam a geração de oportunidades.”

É A PREVIDÊNCIA QUE TEM FEITO A DÍVIDA CRESCER ???

A POLÍTICA MONETÁRIA DO BC TEM EXPLODIDO A DÍVIDA!

Exposição de Motivos de Paulo Guedes - PEC 6/2019: DE ONDE SAIRÁ O TRILHÃO?

Impacto Líquido (R\$ bi de 2019)	10 anos
Reforma do RGPS	715
Reforma no RPPS da União	173,5
Mudanças das alíquotas no RPPS da União	29,3
Mudanças das alíquotas no RGPS	-27,6
Assistência Fásica e Focalização do abono salarial	182,2
TOTAL	1.072,4

<https://bit.ly/2GzvWsL> Pág. 66

PARA ONDE IRÁ O TRILHÃO?

“Precisamos de 1 trilhão para ter potência fiscal suficiente para pagar uma transição em direção ao regime de capitalização.

(...) Por isso que a gente precisa de 1 trilhão”

(Paulo Guedes, Ministro da Economia) <https://bit.ly/2lkptmg>

Essa Capitalização não é "Previdência"

- Custo de Transição não informado. Na Argentina custou 1,36 PIB, o que aqui corresponde a mais de R\$ 9 TRILHÕES. De onde sairá esse custeio???
- Estudo da OIT mostra que de 30 países que seguiram esse caminho, 18 já se arrependeram e voltaram atrás <https://bit.ly/2I7blvQ> Chile é campeão em suicídio de idosos indigente.
- Dano às contas públicas: elevado custo de transição e rombo decorrente da queda na arrecadação de contribuições pagas por empregados e empregadores ao INSS que deixarão de ser pagas.
- Aplicação financeira individual/ alto risco/ elevado custo de administração/ sem garantia de qualquer benefício futuro/ modalidade "contribuição definida"/ sem proteção social alguma/ sem participação patronal ou governamental.
- Previdência é sinônimo de SEGURANÇA e não de RISCO!

A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O MAIOR PATRIMÔNIO SOCIAL DO BRASIL

A fim de contribuir para o debate sobre a proposta de **Reforma da Previdência de que trata a PEC 6/2019**, a qual visa destruir a Previdência Social universal e solidária para entrega-la aos bancos, em regime de capitalização que está fracassando na maioria dos países onde foi adotada, a AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA apresenta argumentos sobre os seguintes aspectos:

- O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTÁ NO SISTEMA DA DÍVIDA E NÃO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL
- A REFORMA NECESSÁRIA É A DO SISTEMA QUE GERA DÍVIDA POR MECANISMOS FINANCEIROS SEM CONTRAPARTIDA ALGUMA AO PAÍS
- A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O NOSSO PRINCIPAL PATRIMÔNIO SOCIAL
- A MENTIRA DO "DÉFICIT" DA PREVIDÊNCIA
- PRIVILEGIADOS SÃO OS BANCOS
- CRISE FABRICADA PELO BANCO CENTRAL BENEFICIA BANCOS
- REMÉDIOS PARA CONTORNAR A "CRISE" BENEFICIAM BANCOS
- NÃO HÁ JUSTIFICATIVA REAL PARA A "CRISE"
- NÃO HÁ JUSTIFICATIVA REAL PARA A "CRISE" DOS ESTADOS
- DESTRUIÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E SUBSTITUIÇÃO POR CAPITALIZAÇÃO
- NECESSIDADE DE AMPLA MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA REJEITAR A PEC 6/2019

***"Precisamos de 1 trilhão para ter potência fiscal suficiente para pagar uma transição em direção ao regime de capitalização.
(...) Por isso que a gente precisa de 1 trilhão"***

(Paulo Guedes, Ministro da Economia)

Acessem e
divulguem:

<https://bit.ly/2ZepGf>

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

GÊNESE

- Recomendações de organismos estrangeiros como o FMI e Banco Mundial, segundo os quais seria necessário fazer tal “reforma” para que a economia volte a crescer. Nada mais falso, já que a falta de crescimento da economia não decorre de um suposto excesso de investimentos sociais, mas sim, da falta deles.
- Repetição de modelo indicado pelo BIS em vários países, mas muitos deles estão voltando atrás.

QUEM MANDA NO BRASIL?

A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O NOSSO PRINCIPAL PATRIMÔNIO SOCIAL

- Modelo de Previdência Social baseado na solidariedade e universalidade
- Aprovado por unanimidade em 1988
- Principal programa social do Brasil
- Atende a mais de 100 milhões de pessoas
- Sistema Integrado - Seguridade Social – engloba Previdência, Saúde e Assistência Social (Art. 194 da CF)
- Toda a sociedade contribui para a Seguridade Social (Art. 195 da CF)

Em valores atualizados, **de 2005 a 2016**

a arrecadação de contribuições à Seguridade Social registrou

SUPERÁVIT superior a R\$ 1 TRILHÃO!!!

A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O NOSSO PRINCIPAL PATRIMÔNIO SOCIAL

Além de garantir **aposentadoria**, a Previdência Social engloba:

- I - cobertura dos eventos de **doença, invalidez, morte e idade avançada**;
 - II - proteção à **maternidade**, especialmente à gestante;
 - III - proteção ao trabalhador em situação de **desemprego** involuntário;
 - IV - **salário-família** e **auxílio-reclusão** para os dependentes dos segurados de baixa renda;
 - V - **pensão por morte do segurado**, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.
- Modelo importante para toda a economia do país! **Em mais de 70% dos municípios brasileiros, o volume de recursos dos benefícios da Seguridade Social supera o valor repassado pelo governo federal** (Fundo de Participação dos Municípios – FPM).

A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O NOSSO PRINCIPAL PATRIMÔNIO SOCIAL

- Não cabe falar em *déficit*
- **Artigo 195 da Constituição prevê também a participação dos orçamentos fiscais** em todos os âmbitos (federal, estadual, distrital e municipal).
- **Sobra de recursos** com a arrecadação de contribuições à Seguridade Social: R\$ **72,8** bilhões em 2005; R\$ **57,6** bilhões em 2010; R\$ **78,2** bilhões em 2011; R\$ **83,9** bilhões em 2012; R\$ **78,9** bilhões em 2013; R\$ **57,6** bilhões em 2014, e R\$ **13,7** bilhões em 2015 (Fonte: ANFIP)
- **DRU** desvinculou recursos para outros fins, principalmente juros
- Governos fez **desonerações** e não investe na cobrança de dívidas
- Proposta de Reforma Tributária (PEC 293/04) ameaça o financiamento da Seguridade Social: transforma contribuições sociais (Cofins e Pis) em imposto, desvinculando 100 % da arrecadação dessas contribuições.

A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O NOSSO PRINCIPAL PATRIMÔNIO SOCIAL

- Regime Próprio de Servidores Públicos (RPPS) também não há que se falar em *déficit*
- A Constituição classificou tal regime em outro capítulo (Art. 40 civis, Art. 42 e 142 militares), fora da Seguridade Social
- Peculiaridades:
 - relação de trabalho profissional permanente e dependente;
 - natureza estatutária;
 - imposta unilateralmente pelo Estado que fica responsável pelo pagamento de seus servidores ativos e aposentados, mediante a destinação de recursos a rubricas específicas vinculadas a cada ministério ou órgão público;
 - Servidores públicos (que entraram no serviço público antes da criação do Funpresp em 2013) contribuem para a Previdência Social sobre a totalidade dos vencimentos e, após a aposentadoria, continuam pagando a contribuição previdenciária calculada sobre o provento integral;
 - Gasto com pessoal federal (inclusive aposentados e pensionistas) tem caído fortemente, de 54,5% da Receita Corrente Líquida em 1995 para 39,5% em 2018.

Contrarreforma da Previdência

Monitor
Mercantil

09 DE JANEIRO, 2019

Artigo: “O déficit da previdência é fake”, de M. L. Fattorelli, para o Monitor Digital



13 DE FEVEREIRO, 2019

“Contrarreforma da Previdência empurra trabalhador para fundos de risco”, M.L Fattorelli para o Monitor Mercantil

<https://bit.ly/2IrZHh9> e <https://bit.ly/2GK1cVa>

Contrarreforma da Previdência



11 DE MARÇO, 2019

Jornal Extra Classe: “Banqueiros são os maiores defensores da Reforma da Previdência”, por M.L Fattorelli



08 DE MARÇO, 2019

Monitor Digital: “Você, mulher, será a maior prejudicada pela destruição da Previdência”, por M.L Fattorelli

<https://bit.ly/2ETqIVC> e <https://bit.ly/2F7hg27>

Contrarreforma da Previdência



03 DE ABRIL, 2019

Jornal Extra Classe: “Por que o governo impõe modelo que está dando errado no mundo todo?”, por M.L Fattorelli

<https://bit.ly/2I18IaI>

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

OBJETIVOS

- **Desmontar o modelo de solidariedade;**
- Introduzir a "**Capitalização**", que sequer pode ser chamada de "Previdência", pois trata de aplicação financeira de risco e de alto custo de administração, sem garantia alguma de pagamento de qualquer benefício;
- **Entregar a nossa Previdência Social para bancos**, na modalidade de "contribuição definida", ou seja, trabalhadores terão que pagar uma quantia certa e obrigatória, mas não terão a menor ideia sobre o valor de algum benefício futuro.

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Dano às contas públicas I:

A “economia” de R\$ 1 trilhão que Guedes quer fazer corresponde ao valor que deixará de ser pago sob a forma de benefícios da Previdência e Assistência Social, ou seja, deixará de chegar às mãos das pessoas que usam o valor que recebe em consumo que movimenta a economia de forma virtuosa, fazendo retornar recursos ao próprio governo, sob a forma de tributos.

Dano às contas públicas II:

Na “Capitalização”, a contribuição previdenciária que atualmente é paga por empregados e empregadores deixará de chegar aos cofres públicos! Assim, em vez de melhorar as contas públicas, a capitalização vai significar um rombo às contas públicas, o que pode ser usado no futuro como justificativa para mais perdas de direitos !

Dano às contas públicas III:

ELEVADO CUSTO DE TRANSIÇÃO PARA “CAPITALIZAÇÃO” NÃO INFORMADO

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Fim da solidariedade: no regime de CAPITALIZAÇÃO, cada trabalhador(a) terá uma conta individual, na qual depositará a **contribuição definida**, porém, os Bancos que irão administrar essas contas receberão taxas de administração elevadas e não terão obrigação alguma de pagar benefício futuro, que dependerá do comportamento do mercado financeiro e poderá ser ZERO, deixando a classe trabalhadora totalmente sem proteção. O governo também não dá garantia alguma a esse modelo. É cada um por si! Estudo da OIT mostra que de 30 países que seguiram esse caminho, 18 já se arrependeram e voltaram atrás <https://bit.ly/2I7blvQ>.

Insustentabilidade: A arrecadação do INSS que hoje compõe as receitas da Seguridade Social deixará de ser paga por aqueles trabalhadores e trabalhadoras que optarem por esse regime de “Capitalização”, comprometendo a sustentabilidade das atuais aposentadorias.

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Incerteza total: Desconstitucionaliza as regras gerais para futuros servidores e segurados do INSS

Adiamento da Aposentadoria: No **mínimo aos 65** para homens e **62** para as mulheres, mas a PEC está cheia de **gatilhos** que elevarão essa idade mínima para muito além disso.

Exigência de mais tempo de contribuição: No **mínimo 20 anos** (INSS), inclusive para trabalhadores e trabalhadoras rurais, ou 25 anos (servidores públicos), mas quem não quiser perder muito ao se aposentar terá que contribuir por **40 anos!**

FIM DA APOSENTADORIA: Essa combinação de idade mínima avançada e contribuição mínima de até 40 anos significa o fim do direito à aposentadoria para aquelas pessoas mais vulneráveis, afetadas pela informalidade e pelo desemprego, e dentre estas sobressaem as mulheres.

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Regras de Transição inaceitáveis: Exigência de 35/30 anos de contribuição, e mais a Regra 86/96, que sobe até chegar a 105/100 em 2033, ou seja, a soma da idade e do tempo de contribuição do trabalhador terá que dar 105, e da mulher 100!

Aumento da Contribuição Previdenciária: A PEC 6/2019 contém gatilhos para permitir o aumento da contribuição previdenciária do regime de servidores públicos, sem limite, o que configura confisco!

Fim do reajuste pela inflação

Fim da multa do FGTS no caso de demissão.

Fim das aposentadorias especiais para algumas categorias, como Professores(as), bombeiros civis, vigilantes, entre outras que exercem atividades desgastantes e/ou de alto risco. Será exigida idade mínima de 60 anos e tempo de contribuição de 30 anos, para professores de ambos os sexos.

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Redução para míseros R\$ 400,00 o benefício (BPC) aos idosos miseráveis maiores de 60 anos, chegando a um salário mínimo somente a partir dos 70 anos. Adicionalmente, para ter acesso ao benefício, não se poderá ter patrimônio superior a R\$ 98 mil, ou seja, basta ter uma pequena casa para perder o benefício.

Fim do Abono Salarial para quem ganha mais de 1 salário mínimo mensal. Com a mudança, 91,5% do total de pessoas que hoje podem receber o abono irão perder o benefício.

Redução da Aposentadoria por incapacidade permanente para 60%. Esse percentual só será maior para aquele(a) trabalhador(a) que ficou inválido(a) que já tiver mais de 20 anos de contribuição. Nesse caso, eleva-se 2% por ano de contribuição que exceder 20 anos. O benefício somente será de 100% no caso de invalidez causada pelas atividades do trabalho.

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Redução do valor da Pensões por morte para 60%. Se houver dependentes, acrescenta-se 10% por dependente adicional. O valor será 100% somente no caso de morte causada pelas atividades do trabalho.

Redução de até 80% no caso de benefícios acumulados: Se uma pessoa recebe uma aposentadoria e passar a receber uma pensão, por exemplo, ela terá de escolher o benefício de maior valor, e sofrer uma redução de até 80% nos demais.

Danos extensivos a Estados e Municípios: As regras estabelecidas valem para todos os entes federados

A PEC 6/2019 deve ser completamente rejeitada!



**Precisamos
reduzir a
desigualdade
social no Brasil
e não
aprofundar mais!**

- **9ª ECONOMIA MUNDIAL**
- **Pior distribuição de renda do mundo** <http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/SSRN-id2479685.pdf>
COMPARADO COM [GINI index](#) | [Data](#) | [Table](#)
- **79º no ranking de respeito aos Direitos Humanos – IDH – empatado com a Ilha Granada** (área territorial de 344 km², população estimada em 110 mil habitantes, produz noz-moscada)
- **Penúltimo no ranking da Educação entre 40 países** (Índice Global de Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais)

Brasil: Realidade de Abundância e Cenário de Escassez

9ª Maior Economia Mundial IMENSAS POTENCIALIDADES **ABUNDÂNCIA**

- Maior reserva de Nióbio do mundo
- Terceira maior reserva de petróleo
- Maior reserva de água potável do mundo
- Maior área agriculturável do mundo
- Riquezas minerais diversas e Terras Raras
- Riquezas biológicas: fauna e flora
- Extensão territorial e mesmo idioma
- Clima favorável, recorde de safra
- Potencial energético, industrial e comercial
- Riqueza humana e cultural
- Reservas Internacionais US\$375 Bilhões
- R\$ 1,13 Trilhão esterilizados no Bacen
- R\$ 1,27 Trilhão na Conta Única do Tesouro Nacional
- Dívida Ecológica histórica
- Potencial de arrecadação tributária

CENÁRIO 2015-2019 **ESCASSEZ**

CRISES

➤ **Econômica seletiva**

- Desindustrialização
- Queda de empresas
- Desemprego
- Perdas salariais
- Privatizações
- Encolhimento do PIB

➤ **Social**

➤ **Política**

➤ **Ambiental**

AJUSTE FISCAL e REFORMAS: Corte de investimentos e gastos sociais; aumento de tributos para a classe média e pobre; privatizações e Contrarreformas

CRESCIMENTO ACELERADO DA "DÍVIDA PÚBLICA" = **CRISE FISCAL/LUCRO
RECORDE DOS BANCOS**

"CRISE" PARA QUEM? PEC 6/2019 irá aumentar a desigualdade social no Brasil



BANÇOS TEM (NOVAMENTE) MAIOR LUCRO DA HISTÓRIA: QUASE R\$ 100 BILHÕES

BALANÇOS

Quatro maiores bancos do país têm maior lucro em 12 anos

08.11.2018 21:04 | por Redação | 0

Consultoria Econômica considerou os resultados registrados no terceiro trimestre deste ano do Itaú, Bradesco, Santander e Banco do Brasil

10 • Economia • Brasília, domingo, 3 de fevereiro de 2019 • CORREIO BRAZILIENSE

CONJUNTURA / Entre 2014 e 2017, 23,3 milhões de brasileiros entraram em situação de vulnerabilidade social. Brasil só retomará menor patamar da história em 2030

Foto: Hamilton Ferrari/Est. CBOA/Press

Edimando Santana não consegue ganhar o equivalente a um salário mínimo. Ronaldo Alves de Sousa nem sempre tem condições de pagar por um teto

Brasil comanda alta da pobreza na AL

• HAMILTON FERRARI **Fora de forma**

Quando tem sorte, Edimando de Santana, 38. Caso o Brasil não cresça em patamares mais altos e reduza a desigualdade social, a menor taxa de pobreza da história, registrada em 2014, só deverá ser alcançada em 2030.

POLÍTICAS PÚBLICAS 10 Setembro 2018

Pobreza e desigualdade aumentaram nos últimos 4 anos no Brasil, revela estudo

A pobreza voltou aos níveis do começo da década (2011). Portanto, esse período caracteriza-se como uma década perdida. Olhando para a desigualdade, o retrocesso não fica atrás. Desde 1989 o Brasil não experimentava mais de três anos de aumento consecutivo de desigualdade. A piora na performance social do Brasil também explica o mau desempenho econômico.

Nos últimos três anos, mais seis milhões na extrema pobreza e mais desigualdade

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

➤ CONHECIMENTO DA REALIDADE

- Política Monetária
- Modelo Tributário
- Sistema da Dívida

**O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS
ESTÁ NO SISTEMA DA DÍVIDA
E NÃO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

➤ MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE

➤ AÇÕES CONCRETAS

- Pressionar parlamentares e mostrar que o rombo das contas públicas está no custo da política monetária insana praticada pelo Banco Central, a qual provocou a crise que afeta toda a economia do país, com reflexos na Previdência Social
- Exigir pronunciamento de parlamentares em relação à necessidade de **REJEITAR A PEC 6/2019**
- **REPUDIAR O ESQUEMA FRAUDULENTO DE "SECURITIZAÇÃO"**
- **AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL**



3ª Turma do curso da Auditoria Cidadã da Dívida

“A dívida dos estados e a necessidade de auditoria”

- Inscrições de 8 de abril a 29 de maio de 2019
- Início das aulas: 3 de junho
- Mais informações: auditoriacidadada.org.br/cursos/

É URGENTE SAIRMOS DO CENÁRIO DE ESCASSEZ! Isso não é um acaso, ou mero resultado da corrupção endêmica de dirigentes políticos, mas sim o resultado do modelo econômico concentrador de riqueza e renda, que se sustenta principalmente no Sistema da Dívida, no modelo tributário regressivo, na política monetária suicida praticada pelo Banco Central e no modelo extrativista irresponsável para com as pessoas e o ambiente.

Maria Lucia Fattorelli

www.auditoriacidada.org.br

www.facebook.com/auditoriacidada.pagina